

GDF quer regular comércio de carne

26 OUT 1981

CORREIO

BRASILEIRO

DF-4

O governo do Distrito Federal está empenhado em solucionar o problema do comércio da carne clandestina. A garantia foi dada pelo assessor da Secretaria da Agricultura, veterinário Mardoqueu Gomes de Carvalho, ao informar que brevemente o governador Joaquim Roriz enviará à Câmara Legislativa projeto de lei normatizando a regulamentação da produção e transporte de produtos de origem animal no âmbito da Secretaria de Agricultura.

Após a aprovação deste projeto de lei, o governador vai assinar decreto regulamentando a inspeção industrial e sanitária desses produtos. Esse regulamento, segundo Gomes, deverá dar em detalhes todos os parâmetros e normas a serem seguidos para a implantação e funcionamento de qualquer estabelecimento destinado a manipular, beneficiar e

industrializar produtos de origem animal.

De acordo com estudo realizado pela Secretaria de Agricultura e Produção, o abate clandestino de animais é parte de um problema maior que envolve todos os produtos de origem animal destinados ao consumo da população. Estima-se que 60 por cento desses produtos consumidos pelos brasilienses sejam de origem clandestina.

Leis — Uma das causas desse problema, conforme o diagnóstico da Secretaria de Agricultura, é a falta de uma legislação específica no DF. Aqui vigora a legislação federal. "Então, se alguém tentar legalizar um pequeno abatedouro ou uma pequena fábrica de queijos terá que cumprir o mesmo nível de exigência imposto a um estabelecimento que se propõe a

exportar produtos para a Europa", esclareceu Gomes.

Ele informou também que a Secretaria de Agricultura e Produção ainda não está suficientemente estruturada para cumprir a sua função legal de inspecionar e fiscalizar o manuseio, transformação, industrialização e transporte dos produtos de origem animal destinados ao consumo. Esta tarefa, legalmente, compete à Secretaria de Saúde mas apenas nos estabelecimentos varejistas.

A tributação, segundo Gomes, também contribui para manter esse alto índice de clandestinidade. O médico-veterinário reconhece que o problema afeta de uma forma significativa tanto os consumidores quanto os produtores rurais e o próprio governo. "Os consumidores estão permanentemente sob o risco de ter em sua mesa produtos contaminados

e os produtores rurais têm poucas opções para comercializar os seus produtos, porque o mercado clandestino beneficia o intermediário", mostrou.

Divisas — O governo, de acordo com o raciocínio de Gomes, perde renda considerável com a evação de divisas: "Com 60 por cento de comercialização clandestina, por mais alta que seja a tributação, a arrecadação será inferior à receita que poderia ser obtida se proporcionada por uma baixa tributação recolhida por todos", explicou.

O terceiro e último passo para a solução do problema será dado no âmbito da Secretaria de Agricultura, com a estruturação de um setor, tecnicamente ágil e competente, capaz de orientar, inspecionar e fiscalizar todos os estabelecimentos de produtos de origem animal.